

Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transação da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4 | |
| <i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i> | |
| <i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i> | |
| <i>Joiran Medeiros da Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915011 | |
| CAPÍTULO 2 | 10 |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA | |
| <i>Mônica Campos Santos Mendes</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915012 | |
| CAPÍTULO 3 | 16 |
| EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014) | |
| <i>Cleiton Leite Barbosa</i> | |
| <i>Afrânio Vieira Ferreira</i> | |
| <i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i> | |
| <i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915013 | |
| CAPÍTULO 4 | 26 |
| “PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS | |
| <i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i> | |
| <i>Maria do Carmo Eulálio</i> | |
| <i>Almira Lins de Medeiros</i> | |
| <i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915014 | |
| CAPÍTULO 5 | 42 |
| A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA | |
| <i>Juliana dos Santos Rocha</i> | |
| <i>Virgínia Dornelles Baum</i> | |
| <i>Marlene Rozek</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915015 | |
| CAPÍTULO 6 | 57 |
| A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA | |
| <i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i> | |
| <i>Débora Rocha Carvalho</i> | |
| <i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.2921915016 | |

CAPÍTULO 7 66

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Virginia Dornelles Baum
Juliana dos Santos Rocha
Marlene Rozek

DOI 10.22533/at.ed.2921915017

CAPÍTULO 8 81

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

Ana Cristina de Carvalho
Edicléa Mascarenhas Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.2921915018

CAPÍTULO 9 86

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza
Regina Cohen
Patrícia Lameirão Campos Carreira
Angélica Fonseca da Silva Dias
Rita de Cássia Oliveira Gomes
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Mônica Pereira dos Santos
Jean-Christophe Houzel

DOI 10.22533/at.ed.2921915019

CAPÍTULO 10 97

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva
Maria Aline de Macedo Silva Mendes

DOI 10.22533/at.ed.29219150110

CAPÍTULO 11 107

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves
Rosângela Lopes Borges
Marcos Fernandes Sobrinho
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.29219150111

CAPÍTULO 12 120

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

Luiza Valdevino Lima
Francisco Edmar Cialdine Arruda
Martha Milene Fontenelle Carvalho
Ana Patricia Silveira
Daniela Valdevino Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150112

CAPÍTULO 13..... 131

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Joselito Elias de Araújo
José Vinícius do Nascimento Silva
Pedro Eduardo Duarte Pereira
Flávia Aparecida Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150113

CAPÍTULO 14..... 141

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150114

CAPÍTULO 15..... 150

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Julimar Santiago Rocha
Maria da Conceição Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.29219150115

CAPÍTULO 16..... 163

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora Rocha Carvalho
Deldy Moura Pimentel
Terezinha Teixeira Joca
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.29219150116

CAPÍTULO 17..... 172

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL

Aparecida Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150117

CAPÍTULO 18..... 181

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Daniel de Souza Andrade
Andréia Alves de Oliveira
Edneide Nóbrega do Rêgo
Elânia Daniele Silva Araújo
Janaina Dantas dos Santos
Lidyane Gomes Mendonça da Silva
Maria José Elaine Costa Silva Pereira
Marlene Eneas da Silva Falcão
Sônia Maria de Lira
Verônica Remígio da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150118

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 19 | 191 |
| O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA | |
| <i>Maikson Damasceno Machado</i> | |
| <i>Kátia Cristina Novaes Leite</i> | |
| <i>Eliata Silva</i> | |
| <i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150119 | |
| CAPÍTULO 20 | 202 |
| UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL | |
| <i>Marília Piazzini Seno</i> | |
| <i>Simone Aparecida Capellini</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150120 | |
| CAPÍTULO 21 | 213 |
| AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO | |
| <i>Scheilla Conceição Rocha</i> | |
| <i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i> | |
| <i>Rita de Cácia Santos Souza</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150121 | |
| CAPÍTULO 22 | 224 |
| UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA | |
| <i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i> | |
| <i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i> | |
| <i>Leandra da Silva Santos</i> | |
| <i>Kelli Faustino do Nascimento</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150122 | |
| CAPÍTULO 23 | 234 |
| CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS | |
| <i>João Maria Cardoso e Andrade</i> | |
| <i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150123 | |
| CAPÍTULO 24 | 244 |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS | |
| <i>Clemilda dos Santos Sousa</i> | |
| <i>Fernanda Nunes de Araújo</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150124 | |
| CAPÍTULO 25 | 255 |
| TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO | |
| <i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i> | |
| <i>Edileide Ribeiro Pimentel</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.29219150125 | |
| SOBRE AS ORGANIZADORAS | 269 |

UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo

Universidade Estadual da Paraíba- UEPB
Campina Grande-PB

Edivânia Paula Gomes de Freitas

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Campina Grande-PB

Leandra da Silva Santos

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Campina Grande-PB

Kelli Faustino do Nascimento

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Campina Grande – PB

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender como se dá o processo de vivência da adolescência, de um “menor de rua”, em um contexto de ressignificação para um sujeito de direitos. Para tanto, Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica em que, analisando o texto de Calil (2003), elencamos algumas contribuições do processo de Colonização no Brasil que influenciaram a situação atual de crianças e adolescentes em situação de rua e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- (1990) para atestar o direito desses sujeitos. Em seguida, foi realizado um estudo de caso com um adolescente da cidade de Campina grande -PB, que vive em situação de risco de rua. Buscamos compreender, através do estudo de caso, a construção da subjetividade desse

adolescente, identificar as estruturas de (re) significação e seus conteúdos não conscientes que constituem suas diferentes configurações subjetivas. Por fim percebemos que, apesar da existência do ECA, ainda tem muito a ser feito, pois é visível a quantidade de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua sem ter seus direitos básicos garantidos, como por exemplo alimentação, moradia, saúde e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; Significação; Ressignificação; Subjetividade; Situação de rua.

ABSTRACT: This article has as its objective create understanding of the process by which an adolescent minor living on the streets can, through a process of resignification, exercise his/her right of citizenship under the law. To this end, initially, we researched the work of Calil (2003), listing some of the contributions of the colonization of Brazil which have had a bearing on the current situation of children and adolescents living on the streets; and finally, the bearing of the legal statute, called ECA, passed by congress in 1990, to confirm the legal right of these individuals in our society. Following this textual research, a case study was done with a teenager living of the streets of the city of Campina Grande, Paraíba, as a vagrant. We sought to understand, during the case study, the construct of the subjectivity of this

person, to identify the structures of re-signification and their unconscious contents which form the subjective configurations of this young person's being. In the end, we realized that, in spite of the existence of the ECA as law, there is much yet to be done, for there are many children and adolescents living on the streets and at risk because their rights to sustenance, shelter, health, and education under the law are not their reality.

KEYWORDS: Adolescents; Signification; Re-signification; Subjectivity; Living on the streets.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo compreender como se dá o processo de vivência da adolescência em um contexto de situação de ressignificação de “menor de rua” para um sujeito de direitos. Para tanto, lançaremos mão de um estudo de caso em que analisaremos um adolescente, da cidade de Campina grande- Paraíba, que vive em situação de risco de rua. Além de buscar compreender a construção da subjetividade desse adolescente, identificaremos as estruturas de (re)significação e seus conteúdos não conscientes que constituem suas diferentes configurações subjetivas.

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica em que foi feito uma breve linha do tempo, desde o período de colonização do Brasil até os dias atuais, tendo como referência o texto de Calil (2003) para melhor ser compreendido como a “história do nosso País” contribuiu para que crianças e adolescentes em situação de rua, chegassem ao atual estágio de “convivência através das ruas”.

O estudo de caso nos fez perceber que apesar da existência de uma legislação que trata sobre os direitos da Criança e do Adolescente, na prática não funciona como deveria, pois é bastante alarmante a quantidade de adolescentes que vivem em situação de rua, sem ter a garantia dos direitos básicos para sobrevivência como por exemplo alimentação, moradia, saúde e educação.

2 | METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, optamos por fazer uso da abordagem qualitativa de cunho exploratório, na qual utilizamos como método o estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista e o procedimento descritivo analítico para os resultados obtidos.

O estudo de caso foi realizado com um adolescente que vive em pré-situação de rua na cidade de Campina Grande – PB, assim tivemos uma conversa com ele para sabermos com maiores detalhes sobre a sua situação de vida, como vê as pessoas, como se enxerga e quais suas expectativas para o futuro, entre outros.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Exclusão Social. Adolescência Compreendida a Partir da Abordagem Sócio-Histórica do “Menor”.

No período colonial e do império as crianças abandonadas eram conhecidas como “expostos” ou “enjeitados”. Os órfãos eram deixados no lugar conhecido como “casa de exposto” e “roda”, que tinha por finalidade regular os desvios da organização familiar.

Com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e o início do processo de industrialização – que se deu no final do século XIX com o início do século XX – houve um aprofundamento dos desequilíbrios e desigualdades sociais. Toda essa problemática tornou-se o centro das preocupações nacionais.

Um dos motivos dessa problemática de exclusão, abandono de crianças e adolescentes, foi devido a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura. Foi dada a liberdade, porém não lhe deram direitos, tornando os negros e seus descendentes a primeira grande massa brasileira de excluídos.

Com esse novo tipo de questão social, problemática, e desordem social, a instituição “roda de expostos” não comportava mais órfãos e abandonados e foi considerada como ineficaz e decadente. O surgimento dessa problemática levou os juristas a cobrar da sociedade e do Estado uma atitude nova em relação a essas crianças que se encontravam em situação tão crítica. A intenção desses juristas era de assegurar uma assistência, prevenir e garantir um futuro saudável para a sociedade, que as crianças fossem retiradas das ruas e colocadas em lugares que cuidassem e disciplinassem. De acordo com Frontana apud CALIL (2003) “[...] os juristas defendiam que as crianças fossem retiradas das ruas e colocadas em instituições disciplinadoras, responsáveis por sua reintegração ao convívio social”. A partir desse movimento em 1927 é promulgado o código de Menores. Com essa normativa é transferida a questão do “menor” para a competência da assistência e proteção promovendo a abrangência dos saberes médicos, pedagógicos, e morais, construindo um novo modelo de institucionalização com bases científicas e racionais.

Com o crescimento populacional ocasionado nos anos de 1940/1950 o crescimento da economia brasileira, o novo modelo de urbanização e o êxodo rural, fez com que houvesse uma disparidade social na distribuição de renda, alargando um contexto de pobreza extrema. Houve um descontrole populacional, contribuindo para uma desordem de planejamento das cidades, muita gente e pouco lugar para morar e trabalhar. Muitas pessoas passaram a ocupar praças, cruzamento, viadutos, aumentando cada vez mais a falta de renda, moradia, criminalidade e contrastes sociais. De acordo com Calil (2003) esses acontecimentos contribuíram para “fortalecer a relação causal entre pobreza e criminalidade” levando a mobilização de diversos setores da sociedade a buscarem métodos de controle e repressão dos conflitos sociais.

Em 1964 com a ascensão dos militares no poder o Juiz de Menor passa a ter prerrogativa legal para decretar a sentença de abandono, quando esse entendesse que os pais fossem incapazes de garantir o sustento material e moral da criança, passando a responsabilidade de cuidados para o Estado e seus pressupostos. As crianças eram internas até idade limite de 18 anos (Silva apud CALIL (2003)).

Essa medida de internação não vingou, pois, os problemas não foram resolvidos, e com o aumento das demandas as instituições tornaram-se inchadas por causa do crescimento de internações de crianças e adolescentes – com o parecer de abandono –, e por outro lado aumentava o número de jovens que adotavam a rua como local de sobrevivência.

Com criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na perspectiva da construção de condições mais justas e igualitárias para garantir os direitos da população infanto-juvenil, O Código de Menores tem sua alteração no ano de 1979, adotando a Doutrina Jurídica da Proteção ao Menor em Situação Irregular. Em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é abolido o termo “menor”, garantido a todos como indivíduo de direitos, que sejam atendidos através de uma política voltada a atenção integral a seus direitos.

Embora o termo adolescência tenha sido adotado no Estatuto da Criança e Adolescente, somente em 1990, o conceito de adolescência surgiu no século XIX, apresentado por Rousseau; esse conceito define a adolescência como um “estado” específico. De acordo com a concepção sócio-histórica descrita pela psicologia, a adolescência é um período que faz parte da construção do ser humano em sociedade, tendo suas características determinadas através das relações sociais e culturais que estabelece no meio em que vive. Deste modo, a adolescência está além de fatores biológicos, na contemporaneidade a adolescência é vista como um período de latência social, que apresenta alguns atributos considerados comuns nesse período, tais como: a busca da identidade, conflitos emocionais com os pais e a contradição entre o que o jovem precisa e o que sua condição social pode proporcionar.

A partir desse contexto pode surgir uma situação de risco, caracterizada pelos múltiplos fatores políticos, socioeconômicos, e ambientais, que podem influenciar de forma negativa no desenvolvimento e aquisição de habilidades, no desempenho de papéis sociais, gerando dificuldade na transição da infância para adolescência e conseqüentemente para idade adulta. Esse risco é ainda maior quando meninos e meninas vivem em situação de rua, pois se tornam mais vulneráveis, aos sofrimentos físicos e psicológicos, possibilitando assim que mergulhem em uma desordem social.

3.2 Uma História de (Re)Significação de um Adolescente em Situação de Rua

A significação, segundo Calil (2003), é algo muito particular, subjetivo de cada sujeito. Algo que significa para um indivíduo pode não ser tão significativo para outro. Essa subjetividade é construída a partir das relações que se estabelecem, seja na

família, na roda de amigos, na escola e na sociedade como um todo. É no convívio com o outro que nos constituímos quem somos, o que gostamos, o que não gostamos, o que queremos, ou seja, nos diferenciamos ou nos identificamos enquanto sujeitos.

De acordo com Vigotski (1998 b apud CALIL 2003), é através do discurso que compreendemos o significado oculto às palavras. Há um subtexto que precisa ser entendido, decifrado. As palavras revelam a base “*afetivo-volitiva*” do sujeito, ou seja, a base dos seus desejos, de suas vontades, de suas emoções, tudo que é subjetivo, aparecerá no discurso.

Em seus estudos sobre a adolescência em situação de rua, construção d processo de significação a autora, anteriormente mencionada, verificou que o principal motivo para um adolescente sair de casa e ir às ruas, é a violência doméstica. A violência reduz a criança à condição de “objeto de maus-tratos”, A pobreza, o excesso de cobranças de um mundo competitivo, o alcoolismo e a dependência de drogas, são apontados como as causas que levam os pais a serem violentos com os filhos. Nesse contexto, as ruas ganham um significado de superação, de liberdade, de resgate de seu papel como sujeito, pois o adolescente passa a ser o provedor de sua família.

É nas ruas que esse sujeito ganha uma “nova identidade”, que colabora com a manutenção de seus laços afetivos familiares. Lugar em que o adolescente, seja pedindo, limpando para-brisas nos sinais ou vendendo guloseimas, rompe com o processo de “coisificação” e assume um papel de provedor. Essa nova identidade de “menino de rua”, tem implicações negativas em vários aspectos da vida do adolescente entre tantos, citamos aqui as que se referem a vida escolar e profissional. E m relação ao processo de escolarização, é possível afirmar que a escola por ser um espaço regido por regras, normas difíceis de serem cumpridas por um adolescente em situação de rua que experimenta, quase sempre, sensação de independência e autonomia, a escola será o lugar que lhe causará estranheza. A inadequação as normas, leva mais uma vez, a exclusão. A todo o momento, esse adolescente busca sua ressignificação social, e é nas inter-relações com outros “menino de rua” e com sujeitos que de alguma forma o percebe, que acontece o fortalecimento de sua autoestima e uma possibilidade de desejo de mudança.

Mas como se dá no cotidiano da vida do adolescente que se encontra em situação de rua, a construção desse sentimento e o desejo de mudança? Essas indagações estiveram presentes durante a realização do nosso trabalho que surgiu a partir de uma atividade da disciplina (Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem II), na qual na qual estudamos sobre adolescência. A partir do estudo, surgiu o interesse em fazer um estudo de caso sobre o processo de significação e ressignificação de um adolescente que passa grande parte do tempo na rua. Desenvolveremos a seguir os resultados da entrevista que foi realizada com o adolescente e que serviram de base para as discussões para o estudo de caso.

3.3 Caracterização do Adolescente Entrevistado

Através do senhor Ramon Torres que é coordenador da Pastoral de rua, Irmãos de Francisco, organizada pela igreja católica da Cidade de Campina Grande – PB, conseguimos manter contato com um adolescente e sua respectiva família. Por trabalhar com moradores em situação de rua há quatro anos, Ramon facilitou-nos o contato com o adolescente e sua família e, também nos relatou que “Não existe morador de rua, mas morador em situação de rua”. E que João é considerado um pré-morador em situação de rua, pois apesar da falta de estrutura, tem um abrigo e vive com sua família. Sendo que mesmo assim vivem em condições sub-humanas. Conforme estatísticas feitas pela pastoral de rua existem hoje em Campina Grande cerca de 300 (trezentos) moradores em situação de rua. E que só nas proximidades da feira central existem de 50 a 70 pessoas que vivem nestas condições.

Depois do contato com o Coordenador da Pastoral de Rua, acima citado, foi realizada uma entrevista com um adolescente em situação de rua da cidade de Campina Grande – PB, o mesmo tem 12 anos de idade e para esta descrição usaremos o nome fictício “João”.

A família de João veio de Caruaru em busca de melhoria de vida, no entanto vive em barraco construído com papelão localizado próximo a rodoviária nova da referida cidade. O adolescente vive com os pais e três irmãos; os vizinhos são os tios e a avó. O pai trabalha catando material reciclável e a mãe cuida dos irmãos mais novos, sendo que os dois são alcoólatras e a família é mantida praticamente pelo lanche e pouco dinheiro que João consegue na rua.

3.4 Significação do Adolescente

João é um adolescente de 12 anos que vive em situação de rua, o garoto passa grande parte do dia na rua pedindo ajuda as pessoas que encontra. João relatou que sai de “casa” muito cedo enquanto todos ainda estão dormindo. Quando perguntamos como é o local em que ele mora, o mesmo respondeu: “*Uma cabana, não sei por que moro assim. Gostaria de morar numa casa. Pode ser boa ou um pouquinho quebrada, mas a gente ajeita, para dormir dentro*”. Sua maior vontade é trabalhar para ajudar a família, principalmente seus irmãos.

Quando indagado sobre a escola, João relatou que vai à escola, sendo que falta muito, pois prefere ir para a rua pedir ajuda. E também quando vai, não consegue aprender muita coisa, tem dificuldades. Sabe ler pouco, mas disse que a professora o ajuda. Nas tarefas da sala os colegastambém o ajudam. Já as “atividades de casa” ele não consegue fazer. Disse que a professora reclama, mas ele nunca faz, porque não sabe responder.

Indagamos se os colegas têm conhecimento de sua situação, João relatou que não gosta de contar aos colegas que vive na rua. Disse que a professora nunca

perguntou onde ele mora, mas já chamou os pais para conversar. Contou ainda que está suspenso da escola, porque bateu em um menino, pois o garoto chamou sua mãe de um “palavrão”.

O adolescente nos falou que gosta de ficar na rua, pois ganha muitas coisas, apesar de receber muitos “não”. Disse que ganha lanche e algum dinheiro, o lanche ele divide com os irmãos e o dinheiro sempre entrega todo a sua mãe. Já ganhou uma bola e uma bicicleta, sendo que esta última foi “roubada”, fez este relato com os olhos em lágrimas, e nos confidenciou que chorou muito. O curioso é que provavelmente quem fez este “roubo” foi o próprio pai, para comprar bebida alcoólica.

Quando comentamos sobre as lembranças da infância, João disse não ter boas recordações da época, pois sempre viveu desta forma. Mesmo pequeno, sempre fugia de casa para pedir dinheiro e comprar comida.

Ao perguntarmos sobre seu maior medo, João respondeu: *“Tenho medo dos meninos grande me machucarem, uma vez um menino tentou me enforcar, eu fiquei todo vermelho, a sorte foram os condutores do serviço de moto taxi. “Ele queria tomar meu dinheiro”.*

Em relação às expectativas de futuro, João diz não ter muitas, sendo que acha que serão mal, mas disse: *“Quero ser jogador, jogo bem, no meio. Sei que tem que estudar bem muito”. Perguntamos: E se não for jogador? Ele respondeu “Quero trabalhar num mercado ou ser pintor. Qualquer coisa que possa ajudar meus irmãos e minha família”.*

Sobre as pessoas, João diz: *“Acho que tem mais pessoas boas. Mas conheço muita pessoa ruim”.* Quando pensa na vida se sente triste e diz: *“A vida seria boa se morasse numa casa, meus pais comprando coisa para dentro de casa e eu trabalhando para ajudar também”.*

As questões trazidas por João nos ajudaram a compreender a construção da subjetividade deste adolescente e a refletir sobre a resignificação, que vai sendo construída a partir de sua experiência de estar na rua. É o ponto que passaremos a analisar a seguir.

3.5 Ressignificação do Adolescente

Segundo afirma Calil (2003), um adolescente em situação de rua, adquire uma nova identidade, definida a partir das relações que são estabelecidas no grupo social. Com base nessa afirmação, perguntamos para João como ele acha que a sociedade o ver, ao que responde rapidamente: *“Eles me veem como um trombadinha, acham que eu vou roubar”.* Ao responder que a sociedade o ver como um “trombadinha” ou “menino de rua”, João adquire uma nova identidade. Identidade essa que, ainda segundo a autora, abre possibilidade de emancipação, ausência de cobranças, sensação de liberdade. Essas possibilidades apresentam pontos positivos, mas também, pontos negativos, já que nas ruas tem suas próprias regras. Essa liberdade esconde a repressão, pois para se manter em segurança, é preciso cumprir com algumas normas estabelecidas por

adolescentes em situação de rua mais velhos, que geralmente “mandam mais”.

Ao perguntarmos sobre o que ele pensa ou espera do futuro, João afirma que seu sonho é ser jogador de futebol, mas que para isso ele sabe que tem que estudar muito. Se não conseguir realizar esse sonho, quer “*trabalhar em qualquer coisa para ajudar seus irmãos*”. Nessa fala, podemos verificar a afirmativa da autora quando diz que nas ruas, o papel de provedor e o trabalho precoce, prejudicam no processo de escolarização e profissionalização, deixando assim escolhas restritas a uma ocupação desqualificada e desvalorizada.

Nas análises sobre o processo de significação, Calil (2003) aponta a violência como o principal motivo para uma criança ou adolescente sair de casa. Ainda em sua análise, a autora mostra que uma das causas da violência doméstica é a pobreza, pois os pais sem os meios de lidar com as dificuldades financeiras, não têm controle psicológico e acabam atingindo os mais fracos, são os filhos, no caso em análise de nosso trabalho o João. Além do mais a cobrança do mundo competitivo, agrava essa sensação de impotência, levando ao uso de álcool e outras drogas. Na situação de João, verificamos que o pai é alcoólatra e o dinheiro que recebe da reciclagem, vai todo para o vício ficando assim a carga de manutenção da família na responsabilidade do adolescente.

As dificuldades próprias ao processo de passagem da infância para a adolescência, que poderiam ser solucionadas ou minimizadas com apoio e orientação da família, agravam-se nas crianças em situação de rua, em função da ausência de políticas públicas dirigidas à ajudar essas famílias, causando desagregação familiar. Contudo, apesar das dificuldades, é possível notar que João tem um grande afeto pela família, pois em todo momento este afirma querer trabalhar para ajudar aos irmãos.

4 | CONCLUSÃO

A adolescência é um período repleto de dúvidas, descobrimentos, angústias, rebeldia e bastante turbulência na vida de uma pessoa, sendo que para os adolescentes que vivem em situação de rua, por não possuírem muito “tempo” nem oportunidade para expressar certos sentimentos, estes têm uma vida tão marcada pelo medo e sofrimento que esta fase quase não é percebida.

Nesse estudo de caso, foi possível observar que as fases de significação e ressignificação do adolescente João acontecem em meio a momentos de muita agitação, pois foi “emancipado” precocemente, tornando-se o provedor da família. Contudo João não perde os laços afetivos familiares e se mostra disposto a continuar lutando para sanar parte das necessidades básicas de seus irmãos e pais.

Antes de chegar ao momento da conversa para essa pesquisa, tínhamos a noção de que a vida de uma pessoa que “tira” das ruas o seu sustento, ou até mesmo sobrevive nela, era difícil. Entretanto, a experiência nos desvendou os olhos para

uma realidade que, até então, tinha se tornado um fato invisível. Realidade esta, que nos acompanha todos os dias quando vamos fazer as nossas atividades cotidianas, compras de supermercados, passeios no parque, idas ao shopping dentre outras, mas não enxergamos esses garotos e garotas que compartilham das mesmas necessidades que qualquer um ser humano sente.

Como futuras pedagogas, constatamos a importância de um olhar que veja o aluno como um ser individual que traz consigo sua história e realidade. Nesse caso que analisamos, a professora poderia ser um elo de fortalecimento para a ressignificação de (João), mas ao que pudemos verificar, pelas próprias palavras dele, ela nunca perguntou sobre sua vida, suas dificuldades. Sabemos que não depende só da professora, mas ela poderia ter enxergado aquele garoto.

Para que o menino em situação de rua possa ser percebido e principalmente ser enxergado como um sujeito de direitos, é preciso o reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É a partir desse reconhecimento que se inicia o processo de transformação de sua autoestima que possibilitará, em primeiro lugar, a saída das ruas, pois o colocará em pé de igualdade com aquelas pessoas que pensam que ele é um “trombadinha”, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente, define limites, deveres e direitos que devem ser comuns à todas as crianças e adolescentes. A partir deste momento, de descobertas de seus direitos e deveres, o adolescente em situação de rua passará a acreditar na possibilidade concreta de realizar seus sonhos. Romperá com o significado de fracasso e de sua continuidade e passará a se sentir capaz de vencer utilizando de suas experiências como fonte de aprendizagem.

Como custou caro o “desenvolvimento acelerado” do nosso País, uma minoria pensou no “seu” e nos “seus”, esquecendo que por trás do crescimento de seus rendimentos, existiam vidas que foram ignoradas, largadas, exploradas, maltratadas, humilhadas, expostas as piores situações. E no meio dessas vidas, existiam crianças e adolescentes que não tiveram as oportunidades que esse “desenvolvimento” trouxe. Pelo contrário, não foram lhes dado direitos de ir e vir, de estudar, de serem verdadeiramente crianças e cuidadas pelos seus pais, de terem um lar digno de morar e uma alimentação digna de um ser humano, mais se preocupam em correr atrás de sua sobrevivência, não importando como conseguir e de que forma, para assim como manterem-se vivos e ajudar os seus familiares a conseguirem sobreviver no meio de tantas desigualdades e descaso para com suas vidas.

Tanto distanciamento causou uma lacuna enorme, de não olhar mais o próximo com um olhar de igualdade, de humano, e sim de repúdio quando o próximo não está vestido com roupas limpas, perfumadas, com uma higiene “adequada”, com os rótulos impostos por uma sociedade mesquinha que só pensa no acúmulo de bens, com o básico “necessário”, e principalmente quando se refere a crianças e jovens, é que ocorrem as piores discriminações pela sua condição social. Nos habituamos a olhá-los não pelo ser, indivíduo que ele é, e sim pela significação da imagem que foi ao longo do tempo criada e cristalizada em nossas mentes – eles causam algum dano. Ao nos

depararmos com esses jovens na maioria ou quem sabe todas às vezes, queremos nos livrar de suas presenças, deixando para trás uma vida que, muitas das vezes, querem um socorro, um sorriso, alguém que possa compreendê-las ou talvez dar-lhes a devida atenção – uma ajuda mínima que seja.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: Abril de 2016

CALIL, M.I. DE MENINO DE RUA A ADOLESCENTE: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (org.) **ADOLESCÊNCIAS CONSTRUÍDAS: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137 -166.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-029-2

